



## Conselho elege presidente do ramo militar



do Ministério Público dos Estados e da União

**Novo presidente entrega homenagem à ex-corregedora**

págs. 4



### Intercâmbio

**Procuradora-Geral recebe em seu gabinete integrantes da Procuradoria Geral Militar do Exército Popular de Libertação da China.**

pág. 3

### Aperfeiçoamento

**Maria Lourdes, Marisa Cauduro, Carlos Frederico e Giovanni Ratacaso compõe a mesa de abertura do evento.**

pág. 6



### Seção

MPM em Ação      pág. 8

### Ainda nesta Edição

PGJM já pode respirar à vontade      pág. 2

Sai a edição 18 da revista MPM      pág. 5

Direito Internacional na ESMPU      pág. 5

Ministro deixa STM      pág. 7

Subprocurador-Geral na França      pág. 7

visite nosso site: [www.mpm.gov.br](http://www.mpm.gov.br)



## Xô, fumaça!

A Procuradoria-Geral da Justiça Militar é uma área livre da fumaça do cigarro! Em novembro (27), data em que se comemora o Dia Nacional de Combate ao Câncer, a procuradora-geral, Marisa Cauduro, assinou a portaria 304/2002 que proíbe o fumo nas dependências da PGJM. Essa proibição, amparada pela Lei Federal 9.294/96 que proíbe o fumo em ambientes coletivos fechados, foi motivada pelo resultado de uma pesquisa realizada pelo Setor de Saúde, responsável pela implantação do programa “MPM Livre da Fumaça do Cigarro nas dependências da PGJM”.

A pesquisa verificou que 44% das pessoas questionadas sentiam-se incomodadas pela fumaça do cigarro no ambiente de trabalho e que 88% dos servidores eram favoráveis à restrição do fumo na procuradoria, apesar do baixo índice de fumantes na instituição, cerca de 7% do total de servidores.

Antes de formalizar a proibição, o Setor de Saúde promoveu campanha interna sobre os malefícios causados pelo fumo, da qual participou o coordenador do Programa de Controle do Tabagismo e do Câncer, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, Celso Antonio Rodrigues da Silva, realizando palestras. “Só proibir não funciona, é preciso alertar”, adverte Danielle Soledade, médica do MPM, “está

comprovado cientificamente que o tabagismo aumenta as chances do indivíduo desenvolver determinados tipos de câncer ou sofrer infartos,

Haverá, também, o treinamento com vigilantes e recepcionistas sobre como abordar visitantes fumantes.

Daniele salienta que “como esse é um programa que necessita ser permanentemente lembrado para que as pessoas não retomem os maus hábitos, estabeleceu-se que em datas como o dia Mundial sem tabaco (31/5), dia Mundial de Combate ao fumo (29/8) e no dia 27/11 serão realizadas atividades para marcar as datas”.

No final deste ano, nova pesquisa será realizada para avaliar os resultados do programa. Mas Daniele já adianta, “durante o processo de conscientização algumas pessoas nos procuraram falando que estavam abandonando o vício ou diminuindo a quantidade de cigarros fumados”.

O Setor de Saúde, para implementação desse projeto, contou com o apoio do Ministério da Saúde e do Instituto Nacional do Câncer – INCA que desenvolvem o Programa Controle do Tabagismo nos Ambientes de Trabalho. “Essa é a primeira etapa de um planejamento que pretende promover a saúde e a qualidade de vida aos integrantes da instituição, outras ações visando ao controle de peso e alertando as pessoas para os benefícios de uma alimentação adequada, bem como da atividade física serão desenvolvidos em breve”, finaliza Daniele.

**PODE  
Respirar  
à vontade!**



derrames cerebrais, além disso, o fumo está relacionado, ainda a doenças alérgicas e respiratórias”, acrescenta.

Mas, no caso dos fumantes “inveterados”, a portaria estabelece que caberá a cada chefia orientá-los sobre a utilização das áreas externas da instituição – ou o “fumódromo” – onde poderão fumar durante o expediente de trabalho.

Ministério Público da União • Ministério Público Militar • Procuradoria-Geral da Justiça Militar

MPM notícias - Informativo do Ministério Público Militar • Publicação de circulação dirigida, editada pela Assessoria de Comunicação Institucional da Procuradoria-Geral da Justiça Militar.

Marisa Terezinha Cauduro da Silva - Procuradora-Geral da Justiça Militar • Edmar Jorge de Almeida - Vice-Procurador-Geral da Justiça Militar  
Carlos Frederico de Oliveira Pereira - Coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão • Péricles Aurélio Lima de Queiroz - Corregedor-Geral  
Berta Martha Wernik - Chefe de Gabinete • Pedro Alberto da Silva Alvarenga - Diretor-Geral

Editora - Solange Pereira Pinto DRT/4781/14/80/DF - Jornalista - Hebert França - Diagramação/Arte - Alessandra Duarte/Felipe Cruxen

Endereço: SAUS Quadra 3 Bloco J - 70.070-25 - Brasília - DF - Internet: www.mpm.gov.br - E-mail: ascom@mpm.gov.br  
Tel.: (61) 313.6108/6107 - Fax: (61) 321.7317



## Intercâmbio

### Delegação militar chinesa visita MPM



General Gao Laifu, à direita

A Procuradoria Geral da Justiça Militar recebeu em novembro (11) a visita da delegação da Procuradoria Geral Militar do Exército Popular de Libertação da China, chefiada pelo vice-procurador-geral militar, major-general Gao Laifu. No encontro, membros do MPM e a comitiva chinesa trocaram informações sobre o funcionamento da justiça militar nos dois países.

Na ocasião, a procuradora-geral Marisa Cauduro, o vice-procurador-geral Edmar Jorge de Almeida, o subprocurador Mário Sérgio Soares e o corregedor-geral Péricles Queiroz fizeram exposições sobre a atuação e competência do Ministério Público Militar e da Justiça Militar no Brasil, bem como discorreram a respeito de investigação criminal militar.

O major-general Gao Laifu, há 36 anos no exército, foi por dez anos procurador do Ministério Público Militar Chinês e, antes de assumir o cargo de vice-procurador-geral, comandou tropas chinesas estacionadas na região administrativa especial de Hong Kong. “Minha formação é basicamente militar, onde passei a maior parte de minha carreira, por isso só agora estou me graduando

em direito”, informou Laifu.

Naquele país, o número de inquéritos e processos judiciais em tramitação no Ministério Público é relativamente pequeno, pois grande parte dos casos é tratada nos tribunais civis regionais. “Se o conselho de



Representantes do Ministério Público Militar do Brasil e da China

fiscalização de disciplina achar necessário encaminha os inquéritos para o Ministério Público”, diz o vice-procurador.

### Procuradora-geral recebe representantes do Timor Leste e de Moçambique



Participantes da reunião de diretores de polícia judiciária visitam a procuradora

O procurador-geral adjunto para crimes ordinários e vice-procurador-geral da República do Timor Leste, Amandio de Sá Benevides e o adjunto do comissário da Polícia e diretor nacional da polícia de investigação

criminal da República de Moçambique, José Domingos Tomás estiveram na sede da PGJM, em dezembro (5), para uma visita à procuradora-geral da Justiça Militar, Marisa Cauduro.

“Aproveitamos a oportunidade de estarmos em Brasília por causa da reunião de diretores de Polícia Judiciária, para cumprimentar pessoalmente a doutora Marisa por sua eleição ao cargo de procuradora-geral e também trocar informações”, disse José Domingos.

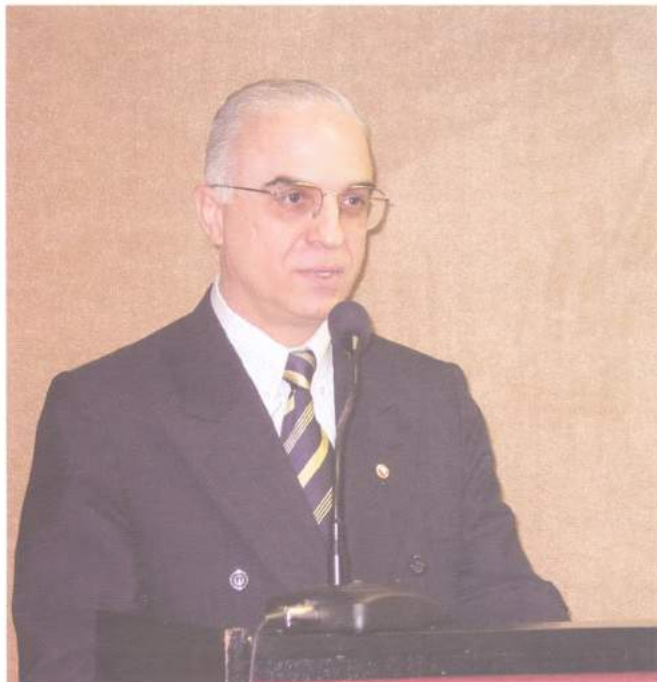
O grupo de diretores de polícia judiciária e de investigação criminal é

um órgão operativo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP e nessa terceira reunião, realizada em Brasília, discutiu-se a criação de uma polícia judiciária no Timor Leste.

Segundo Amandio de Sá Benevides, faltam em seu país recursos humanos qualificados para estruturar e compor organismos judiciários, por isso a necessidade da ajuda da CPLP para formação de uma polícia judiciária. “A própria estrutura da Procuradoria-Geral da República do Timor é simples, composta por onze procuradores, incluindo o procurador-geral”, ressalta Benevides.



## Corregedor-geral do MPM é o presidente do Conselho



Péricles Queiroz toma posse

Ao tomar posse no cargo, em solenidade ocorrida na sede do Ministério Público Militar, Péricles Queiroz afirmou ser uma grande responsabilidade e desafio assumir a presidência do Conselho. “Representar o colegiado, ser o seu porta-voz e coordenar os debates são encargos relevantes. Pretendo, junto com os conselheiros, promover a contínua integração entre Corregedorias, e entre o Conselho e outros fóruns como o Colégio de Procuradores-Gerais de Justiça”, disse ele.

Entre os desafios que o novo presidente enfrentará, Pedro Sérgio Steil destaca o aumento da demanda em função do crescimento da população, que implica em uma “maior atuação das corregedorias, que trabalham com excessivo volume de serviço e sem previsão orçamentária

Pela primeira vez em sua história, o Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União – CNCGMP é presidido por um corregedor-geral do ramo Militar. Péricles Aurélio Lima de Queiroz foi eleito em novembro passado, e desde o dia 12 de dezembro acumula as funções de corregedor-geral do MPM e de presidente do CNCGMP.

Para Péricles Queiroz, sua indicação é uma forma de reconhecimento pela ação permanente do Ministério Público Militar no Conselho e presença constante da instituição nos encontros. Fato que o presidente anterior, Pedro Sérgio Steil, evidência em mensagem dedicada ao novo presidente: “basta-o exercer sua capacidade plena de articulação, dedicação e paixão pelas causas do Ministério Público, que o Conselho sairá fortalecido ao final de sua gestão”.



Platéia atenta ao discurso

para a expansão do quadro”. O mandato de Péricles Queiroz à frente do Conselho será de um ano.

O CNCGMP foi criado em 1994, com o objetivo de debater temas de interesse da classe, além da troca de experiências em relação às condutas dos membros, produtividade, alterações legislativas etc. O Conselho é composto por 30 membros, sendo 26 representantes dos estados e quatro oriundos dos ramos do Ministério Público da União.

A cerimônia de posse contou com a presença maciça de participantes e ex-integrantes do CNCGMP, além de outros convidados. Para marcar o evento foram homenageados 59 ex-corregedores que já se dedicaram ao Conselho. Confira a relação daqueles que receberam a placa de condecoração no site [www.mpm.gov.br](http://www.mpm.gov.br), na seção de eventos.



Para a sócia fundadora e ex-presidente do CNCGMP, Zélia Madruga, do Rio Grande do Norte, essa homenagem é um reconhecimento do conselho ao trabalho de seus membros pelo fortalecimento da instituição. “Sinto que o conselho tem colaborado decisivamente para o estabelecimento das corregedorias nos estados”, acredita.



**A próxima reunião do conselho será em Ouro Preto nos dias 26, 27 e 28 de março.**



## Revista volta a circular

Após quatro anos sem circular, saiu o número 18 da Revista do Ministério Público Militar. O lançamento ocorreu na PGJM, em Brasília, no dia 11 de dezembro, em evento combinado ao 32º Encontro do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União – CNCGMMP.

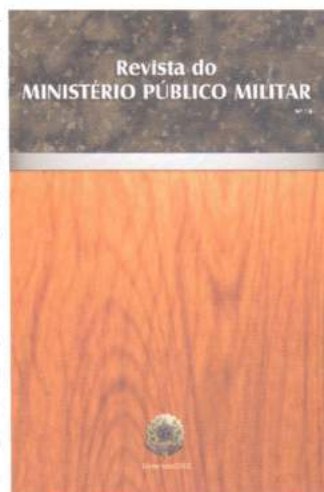
A nova revista está estruturada em três seções editoriais: artigos doutrinários, atuação processual e documentos históricos. Para a definição do material que compõe a publicação, o Conselho Editorial, integrado pelos conselheiros Péricles Queiroz, Arilma Cunha da Silva, José Luiz Preira Gomes e Luís Antônio Grigoletto, realizou reuniões preparatórias em que o “debate

democrático” determinou desde o estilo técnico até a seleção de matérias. “Essa edição apresenta *design* moderno, formato dinâmico e capa atual, diferenciando-se das publicações jurídicas mais austeras e conservadoras”, diz o editorial da publicação.

Segundo a procuradora-geral da Justiça Militar Marisa Cauduro, a revista destina-se aos propósitos de divulgação técnica e registro histórico do MPM. “O Ministério Público é instituição democrática por gênese. E como tal, deve proporcionar aos seus integrantes oportunidade e espaço para expor idéias, conceitos, teses, enfim, todas as modalidades de apresentação e debates de assuntos jurídicos”, escreve a procuradora na

introdução da revista.

A “Revista do Ministério Público Militar” foi instituída em 1974, na administração do procurador-geral Ruy de Lima Pessoa, hoje ministro aposentado do Superior Tribunal Militar. Originalmente, recebeu o título de Revista do Direito Militar.



Nova Capa

## Escola Superior do MPU promove pós-graduação em Direito Internacional

O subprocurador-geral da Justiça Militar Carlos Frederico Pereira é um dos professores do curso de pós-graduação “*lato sensu*” em Direito Internacional dos Conflitos Armados, promovido pela Escola Superior do MPU, que terá início no dia 10 de março deste ano. Elaborado com o intuito de aprofundar os conhecimentos de membros do Ministério Público Militar, oficiais das Forças Armadas e profissionais da área jurídica do Ministério da Defesa, acerca das normas jurídicas relativas à conduta em conflitos armados internacionais.

Para fornecer esse conhecimento especializado, além da colaboração da Faculdade de Direito da UnB, do Instituto Brasileiro de Direito Militar e Humanitário e da Escola Superior do Ministério Público da União, foi também

buscada a cooperação com o Instituto de Direito Internacional da Paz e dos Conflitos Armados (IFHV) da Universidade Ruhr de Bochum

### Direito Internacional dos Conflitos Armados 2003

Duração: 375 horas/aula  
Período: 10/3/2003 a 5/12/2003  
Horário: das 19h às 22h e 40min  
Entrega de Currículos para Seleção: de 9 a 13/12/2002

Informações:  
Secretaria da Faculdade de Direito/UnB  
Fones: (61) 307-2347/2345  
Fax: (61) 273-3532  
[www.urh.br/ifi](http://www.urh.br/ifi)



(Alemanha), que ministra há vários anos, em rede europeia, um mestrado em assistência humanitária vinculada

à problemática dos conflitos armados.

Entre os objetivos do curso está a capacitação de pessoal militar para atuar em operações internacionais de construção, manutenção e estabelecimento da paz; capacitar operadores jurídicos para cooperar com outros atores em emergências humanitárias complexas; disseminar o direito internacional humanitário; formar agentes multiplicadores do conhecimento sobre o direito internacional dos conflitos armados, especificamente para atuar em colégios, escolas e academias militares.

Durante o curso haverá um módulo prático, no qual os alunos assumirão diversas funções numa situação de emergência humanitária fictícia e deverão saber lidar com os problemas que serão postos interativamente.

Estão confirmados na turma os seguintes membros do MPM: Antônio Carlos Gomes Facuri, Cláudia Rocha Lamas, Edmar Jorge de Almeida, Jaime de Cássio Miranda, Luís Antônio Grigoletto, Mário Sérgio Marques Soares, Nelson Luís Arruda Senra e Roberto Coutinho.



## Justiça Militar Contemporânea é tema de seminário no MPM



Palestra do seminário

A Procuradoria-Geral da Justiça Militar-PGJM, em Brasília, sediou, de 20 a 22 de novembro, o “Seminário Justiça Militar Contemporânea”, organizado pela Escola Superior do Ministério Público da União com o apoio da Associação Nacional do MPM e da PGJM.

O seminário, aberto pela procuradora-geral Marisa Cauduro, contou com a participação de integrantes de várias instituições que ocuparam todo o auditório da PGJM para assistir as oito palestras programadas. O interesse pelo evento, acredita Jaime de Cássio, promotor da Justiça Militar e um dos coordenadores do evento, foi motivado pela situação de incertezas com relação a conflitos armados a que o mundo foi levado desde o ocorrido em 11 de setembro de 2001. “Há uma preocupação mundial, específica em termos de forças armadas, de compreensão do que seja a guerra e de como se deve ‘civilizar’ a atuação das partes envolvidas”, analisa ele.

O primeiro debate, que tratou justamente sobre crimes de guerra e quais os mecanismos para julgá-los, teve como palestrante o subpro-

curador-geral da Justiça Militar Carlos Frederico, que falou sobre o Tribunal Penal Internacional, organismo internacional independente, em vigor desde 2002, criado para julgar crimes como o de genocídio – tentativa de se eliminar determinado grupo, crime cometido pelos nazistas em relação aos judeus durante a 2ª Guerra Mundial –, crimes contra a humanidade e outros crimes de guerra.

Carlos Frederico vê na formação desse tribunal uma tentativa de se evitar no futuro “erros do passado, quando os tribunais eram criados por vencedores de guerras ou compostos por representantes escolhidos por critérios políticos e não por igualdade de justiça”.

Temas mais próximos da realidade jurisdicional militar brasileira como o arquivamento de inquéritos policiais militares e o controle externo das atividades policiais nas corporações militares também foram abordados no seminário.

Em sua participação, o promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) Nísio Edmundo Tostes Ribeiro Filho, alertou

para a necessidade de criação, no âmbito do MPM, de um grupo formado por procuradores e promotores com a finalidade específica de investigar, fiscalizar e controlar as atividades policiais nas corporações militares; um organismo desvinculado do processo de atuação judicial e que trataria especificamente da parte de investigação criminal.

Coube ao promotor Jorge César de Assis da PJM Santa Maria/RS encerrar os debates com a palestra “Regulamentos disciplinares e o respeito aos direitos e garantias fundamentais”, tema motivado pelos excessos cometidos em comandos militares. “Os direitos fundamentais de todos os indivíduos, inclusive os militares, estão descritos na Constituição Federal e o justo seria que os comandantes militares obedecessem à constituição e não extrapolassem, impondo restrições aos militares além daquelas que a própria Constituição prevê”, preconiza Jorge César de Assis.

### Com a palavra...



O coronel Flávio Lúcio de Camargo, corregedor-geral da Polícia Militar do Distrito Federal, um dos participantes, destacou os temas que discutiram assuntos de interesse da corporação, como a criação de um grupo com a finalidade de controlar a atividade policial das corporações militares. Segundo ele, com esse grupo as PM's teriam mais um organismo para buscar orientação.



Tarciso Dal Maso, Carlos Frederico e Jaime de Cássio

### Palestras realizadas:

Os crimes de guerra no Estatuto de Roma e o Direito Penal Militar – Carlos Frederico de Oliveira Pereira, subprocurador-geral da Justiça Militar

Jurisdição Penal Internacional- professor Tarcísio Dal Maso Jardim

O Direito Internacional e a Reorganização da Coercitividade na Política Internacional - professor Marcus Faro

Justiça Militar e o Princípio de Igualdade - ministro Flávio Flores da Cunha Bierrenbach

Crime Militar, Leis Penais Especiais – competência - Telma Angélica Figueiredo, juíza auditora da 1ª Auditoria da 2ª CJM

Arquivamento de Inquérito Policial Militar - Mário Sérgio Marques Soares, subprocurador-geral da Justiça Militar

Controle externo de atividade policial no âmbito das corporações militares – Nísio Edmundo Tostes Ribeiro Filho, promotor de justiça do MPDFT

Regulamentos disciplinares e o respeito aos direitos e garantias fundamentais – Jorge César de Assis, promotor da Justiça Militar

## Ministro Domingos Silva despede-se do STM

A última sessão especial de 2002 do Superior Tribunal Militar marcou a despedida do ministro Domingos Alfredo Silva. Entre as autoridades que foram cumprimentar o ministro que se aposentou após 52 anos de serviços, 46 prestados à marinha e o restante ao STM, estava a procuradora-geral, Marisa Cauduro.

Em seu discurso de saudação ao ministro, Marisa destacou a carreira do ministro tanto em seus anos de Marinha, quanto na função judicante. Emocionado pelas demonstrações de apreço e amizade, o ministro agradeceu aos presentes e ao discursar dirigiu palavras especiais à procuradora-geral da PGJM, transcrito no detalhe.

*“Exm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> Procuradora-Geral da Justiça Militar, Dr<sup>a</sup> Marisa Terezinha Cauduro da Silva, a cuja delicadeza pessoal, intrínseca dos corações nobres, atribuo as palavras gentis proferidas, as quais agradeço sensibilizado. Sua assunção no cargo de Procuradora-Geral, mercê de sua competência, foi apreciada pelos membros desta Corte, entre os quais me incluo, por fazer retornar à Procuradoria Militar o correto entendimento e significado dos delitos nas Instituições Militares”.*

## Subprocurador-geral faz palestra no Ministério da Defesa francês

Em novembro (26), o subprocurador-geral da Justiça Militar Kleber de Carvalho Coêlho foi recebido na Direção dos Assuntos Jurídicos do Ministério da Defesa da França – em Paris. Oportunidade em que apresentou à diretora-geral Catherine Bergeal, subdiretores e demais integrantes exposição sobre o tema *“Integração Militar e Integração Jurídica”*, destacando na sua abordagem o conceito de extraterritorialidade no Direito Penal brasileiro em comparação com o Direito francês. “O tema é de extrema relevância. Evidencia-se especial preocupação no que diz respeito ao desenvolvimento das relações, durante operações transnacionais, entre militares brasileiros e franceses e as respectivas populações civis na área fronteiriça do Brasil com o Departamento de Ultramar da Guiana Francesa”, analisa Kleber Coêlho

Em sua palestra, o subprocurador sugeriu que a recomendação mais adequada, em tais situações, seria a adoção do princípio da renúncia de jurisdição recíproca. “Entendo que é importante avaliar a adoção desse princípio e sua inclusão no tratado bilateral que vem sendo estudado pelas equipes dos ministérios de defesa do Brasil e da França”, diz Kleber. Segundo ele, além da sua proposta, diversos outros aspectos do protocolo de defesa a ser firmado pelos dois países serão analisados em outros encontros a serem realizados ainda no primeiro semestre de 2003.



Catherine Bergeal (no centro), Kleber Coêlho (à sua direita) e membros do encontro.



## MPM em Ação

Em novembro a Procuradoria de Justiça Militar em Fortaleza recebeu a visita do corregedor-geral Péricles Queiroz. Durante a correição, atividade regular e programada da Corregedoria-Geral, a unidade funcional e a secretaria foram examinadas, bem como se verificou a atuação judicial e extrajudicial daquela procuradoria. Além disso, o corregedor promoveu reuniões com membros. Atualmente, a atividade correicional tem por objetivo valorizar a atuação, pesquisando experiências locais bem sucedidas, reorientando áreas deficientes, proporcionando diálogo ativo e preciso com vista ao aperfeiçoamento da atividade-fim.



O promotor da Justiça Militar em Fortaleza, Alexandre Saraiva, proferiu palestra em Recife sobre o tema “A crise do modelo das penas privativas de liberdade e as penas alternativas” durante o Fórum de Discussões Jurídicas da Faculdade de Direito, da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.



O promotor da Justiça Militar em Santa Maria, Jorge César de Assis, proferiu palestra no Encontro Mensal dos Oficiais do Departamento de Ensino da Brigada Militar Gaúcha sobre o tema “O Direito Militar Frente à Constituição Federal”, realizado em novembro (5), na Escola Técnica de Polícia Militar, em Santa Maria/RS.



O professor Tarciso Dal Maso Jardim, membro da diretoria do Instituto Brasileiro de Direito Militar, falou à TV Justiça sobre o conflito entre os EUA e o Iraque. Para conferir a entrevista, basta acompanhar a programação da TV Justiça, que já pode ser assistida pela internet através do site SuperiG (<http://www.superig.com.br>), e localizar no canto direito superior da página “TV ao Vivo”, escolher o canal e clicar no botão “assista”.

A promotora da Justiça Militar em Salvador, Selma Pereira de Santana, foi convidada pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Portugal, para colaborar com um artigo no livro em homenagem a Jorge de Figueiredo, professor catedrático daquela instituição.



No final do ano, membros e servidores da PGJM reuniram-se em confraternização de natal, no Clube do Exército. No animado churrasco, todos puderam se divertir, dançar e participar do sorteio de vários brindes. A festa foi patrocinada pela Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM), Associação dos Servidores do Ministério Público do Trabalho e Militar (Asempm), Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União (Sinasempu), Banco Alfa, Voetur e Clube do Exército.



De 4 a 8 novembro, aconteceu no Superior Tribunal Militar (STM), em Brasília, o seminário Direito Militar para Professores das Escolas Militares e Assessores Jurídicos das Forças Armadas. No evento, a procuradora-geral Marisa Cauduro proferiu a palestra “A atuação do Ministério Público na instrução criminal e no IPM”.

Em uma de suas últimas cerimônias como presidente da República, Fernando Henrique Cardoso participou, no Palácio do Planalto, da apresentação dos 14 oficiais gerais promovidos das três Forças Armadas – seis da Aeronáutica, cinco do Exército e três da Marinha. Entre outras autoridades, esteve presente a procuradora-geral da Justiça Militar Marisa Cauduro.



A revista ZH Donna, do Jornal Zero Hora, de Porto Alegre, publicou, no dia 19 de janeiro, matéria abordando a presença feminina em cargos de liderança no judiciário, um dos destaques foi a procuradora-geral Marisa Cauduro.

Na matéria intitulada “Quando a Justiça é feminina”, a jornalista Carolina Bahia faz um breve histórico da vida pessoal e profissional da procuradora, ressaltando a dedicação dessa “porto-alegrense para vencer em mundo masculino”.



A procuradora-geral, Marisa Cauduro, recebeu em seu gabinete, no mês de dezembro, a visita do corregedor-geral do Ministério Público de Roraima, Alessandro Tramujas Assad. Com apenas 32 anos, Assad é o mais jovem a assumir uma corregedoria estadual. Em seu currículo consta a presidência da Associação do Ministério Público em Roraima.



A subprocuradora-geral Adriana Lorandi está na Itália onde faz mestrado na Universidade de Teramo. O curso versa sobre International Cooperation Against International and Trans-National Crimes, com duração de um ano.



Em novembro (5), o promotor da Justiça Militar em Brasília, Luís Antonio Grigoletto, deu aulas de legislação aos alunos do 5º Curso de Segurança e Proteção de Autoridades do Batalhão de Infantaria do VI Comando Aéreo Regional do Comando da Aeronáutica.